

Sarney pode tomar medidas unilaterais

Maria Luiza Abbot

Brasília — O presidente José Sarney poderá ocupar uma cadeia nacional de rádio e televisão para pedir o apoio da população a medidas unilaterais do governo necessárias à volta da estabilidade econômica, caso não haja avanços para um acordo entre empresários e trabalhadores em torno da trégua proposta pelo governo. As negociações para a trégua serão retomadas hoje, a partir das 14 h, em nova reunião do ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, com dirigentes sindicais e empresariais.

Segundo alta fonte da área econômica, a proposta que o governo levará à mesa de conversações, hoje, prevê o aumento imediato do salário mínimo para US\$ 100 (Cz\$ 1.582,90, pelo câmbio em vigor), desde que os pisos salariais sejam desvinculados do mínimo. O gatilho salarial deverá ser acionado em decorrência da inflação de dezembro e janeiro, mas o acordo pretende reduzir a taxa de fevereiro, evitando novos disparos do gatilho.

O governo quer uma regra para os reajustes de preços — firmada através do acordo, mas formalizada em lei, por meio de Decreto-Lei, para evitar rompimentos. A preferência da área econômica é por um reajuste gradual de preços industriais e daqueles administrados pela Sunab, durante os três meses de duração da trégua. A cesta básica (feijão, arroz, milho, óleo de soja, entre 13 produtos) deverá aumentar, de acordo com estudos da Secretaria Especial de Abastecimento e Preços (SEAP), e congelada por três meses. Os estudos da Seap propõem elevação de Cz\$ 7,20 para Cz\$ 8,13 no quilo do arroz, de Cz\$ 8,00 para Cz\$ 9,40 no quilo do feijão preto; de Cz\$ 7,77 para Cz\$ 8,80 a alta do óleo de soja. Também estará em discussão a queda na taxa de juros, já que está prevista a presença de banqueiros hoje, no Ministério do Trabalho.

— Sem acordo não adiantam pacotes, porque as mudanças na economia implicam em conflito de interesses — adianta a fonte.

É com base nesta constatação que Sarney poderá convocar o apoio da população, denunciando as posições radicais de empresários e trabalhadores. O governo está convencido de que a sociedade apóia a estabilidade de preços, confirmada nas pesquisas de opinião pública e vai mostrar à população que, sem uma trégua que suspenda aumentos de preços e salários, a estabilidade ficará difícil.

O governo não tem a expectativa de que a reunião de hoje seja conclusiva, mas os rumos do acordo deverão ser delineados neste encontro para que se possa esperar uma posição final. Na área de preços, por exemplo, mesmo que não saia um índice final, deverá ser definida a estratégia de aumentos e, se gradual, será vinculada ao abastecimento. Ou seja, só terão aumentos de preços aqueles produtos que estiverem com o abastecimento garantido. Se o acordo avançar, o Conselho Interministerial de Preços (CIP) deverá se reunir quinta-feira para autorizar o reajuste dos produtos com maior defasagem de preço.

Os aumentos de preços serão definidos em lei e aqueles produtores que anteciparam reajustes em níveis mais elevados serão obrigados a uma redução. Na discussão da estratégia para reduzir os juros, poderá haver até o tabelamento do spread (diferença entre as taxas de captação e aplicação) cobrado pelos banqueiros. Também neste caso a decisão dependerá de acordo.

Todas as mudanças devem vigorar durante a trégua, quando serão amplamente discutidos os novos rumos da economia, que passarão até por uma limitação na remessa de divisas para pagamento dos serviços da dívida externa. É que até o fim da trégua o governo espera concluir as negociações com os banqueiros para reescalonamento da dívida, quando pretende conseguir uma expressiva queda na remessa de divisas, avaliada em 8 bilhões de dólares anuais.

A expectativa do governo é de que depois da trégua a inflação possa cair para entre 2% e 3% ao mês, enquanto são adotadas todas as novas regras para sua manutenção neste nível.

De acordo com a fonte, o ministro da Fazenda, Dílson Funaro, está mais otimista sobre o acordo do que seu colega do Planejamento, João Sayad, porque tem mais contatos com empresários. Ao ser definido em lei, não será apenas um “acordo de cavalheiros”, tantas vezes rompido, tornando-se uma situação de compromisso legal entre trabalhadores, empresários e o próprio governo.

Brasília — José Varella